



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 1.587/2025/GAB/SG

São João da Boa Vista, 02 de dezembro de 2025.

Ao
Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.

PROJETO DE LEI Nº 133/2025

Assunto: Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei, que acrescenta os Artigos 11 A e 11B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.

Renovamos os protestos de estima e consideração.


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

5/12/25





Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

PROJETO DE LEI

“Acrescenta os Artigos 11 A e 11B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.”

Art. 1º - Fica acrescentado o Art. 11 A à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 A - Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade, temporária e de calamidade pública, conforme o artigo 22 da LOAS (1993), com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 2º - Fica acrescentado o Art. 11 B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 B - São formas de benefícios eventuais, conforme artigo 22 da LOAS (1993):

I – benefício eventual prestado em virtude de nascimento (auxílio-natalidade);

II – benefício eventual prestado em virtude de morte (auxílio-funeral);

III – benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária (Aquisição de alimentos para situações de insegurança alimentar, aluguel Social, Documentação Civil, Passagem);

IV - benefício eventual prestado em virtude de situações de emergências e /ou Estado de calamidade pública.

Parágrafo Único – Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme previsão do § 1º do art. 22, da LOAS, e observados quando da elaboração do ato normativo pelo Poder Executivo



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

*que regulamentará a operacionalização dos Benefícios
eventuais no âmbito municipal.*

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dois dias do mês
de dezembro de dois mil e vinte e cinco (02.12.2025).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

JUSTIFICATIVA:

Encaminhamos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que acrescenta os Artigos 11 A e 11B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências.

A necessidade de revisão e atualização decorre das alterações normativas estabelecidas pela Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, a qual estabelece novos parâmetros orientadores para regulamentação, critérios, prazos e gestão dos Benefícios Eventuais, bem como determina que os Municípios adequem suas legislações em até 1 (um) ano a contar da data de sua publicação (Art. 35).

Além disso, a apresentação técnica da DRADS/SP sobre Benefícios Eventuais indica que a regulamentação deve estar integrada à Lei Municipal do SUAS, com dispositivos claros sobre modalidades, responsabilidades de gestão e articulação com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), mantendo critérios e prazos em normativas complementares — Resolução e Decreto Municipal.

Desta forma, considerando as novas diretrizes nacionais, estaduais e municipais que disciplinam a gestão dos Benefícios Eventuais e a necessidade de alinhamento do Município de São João da Boa Vista às normativas vigentes, especialmente à Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 213/2025 e às orientações da DRADS/SP, reforçamos a importância da atualização da Lei Municipal nº 4.097/2017 para garantir segurança jurídica, qualificação da gestão e manutenção do acesso ao cofinanciamento estadual.

Diante da justificativa, encaminho o presente Projeto de Lei a esta Casa Legislativa para apreciação dos nobres vereadores, solicitando-lhes a aprovação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco (02.12.2025).

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista
Procuradoria-Geral do Município

PARECER TÉCNICO PGM-C/ 59/2025

Proc. 3549102.409.00004789/2025-02

Solicitação de adequação e atualização da Lei Municipal nº 4.097/2017 (Lei do SUAS) em conformidade com a Resolução CNAS nº 213/2025 e demais normativas vigentes

GAB

O presente processo foi remetido à esta Procuradoria para a análise e emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do Projeto de Lei que atualiza a Lei Municipal nº 4.097/2017 (Lei do SUAS).

Primeiramente cumpre observar que cabe ao departamento competente informar quais as alterações deverão ser efetuadas na legislação.

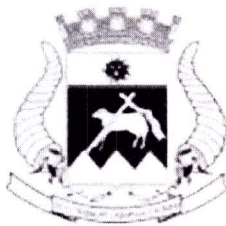
Pelo que que depreende dos autos, pretende-se incluir os arts. 11A e 11B à Lei nº 4.097/2017.

Diante disso, esta procuradoria não vê qualquer óbice na apresentação do projeto. Todavia, o mesmo deverá ser apresentado na forma que segue abaixo, ressaltando que o Projeto foi feito de acordo com as informações contidas no processo.

É parecer que submeto à apreciação superior e remeto a quem de direito para decisão final.

São João da Boa Vista, 26 de novembro de 2025.

CÁRMEN LÚCIA GUARCHE HESS PEREIRA
Procuradora Municipal



Município de São João da Boa Vista
Procuradoria-Geral do Município

PROJETO DE LEI

“Acrescenta os artigos 11A e 11B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São João da Boa Vista e dá outras providências”

ARTIGO 1º: Fica acrescentado o art. 11 A à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11A: Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade, temporária e de calamidade pública, conforme o artigo 22 da LOAS (1993), com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

ARTIGO 2º: Fica acrescentado o art. 11 B à Lei nº 4.097, de 14 de março de 2.017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11B: São formas de benefícios eventuais, conforme artigo 22 da LOAS (1993):

I – Benefício Eventual prestado em virtude de nascimento (auxílio-natalidade);

II – Benefício Eventual prestado em virtude de morte (auxílio-funeral);

III – Benefício Eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária (Aquisição de alimentos para situações de insegurança alimentar, aluguel Social, Documentação Civil, Passagem);

IV – Benefício Eventual prestado em virtude de situações de emergências e/ou Estado de calamidade pública.

Parágrafo Único – Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme previsão do § 1º do art. 22, da LOAS, e observados quando da elaboração do ato normativo pelo Poder Executivo que regulamentará a operacionalização dos Benefícios eventuais no âmbito municipal.

ARTIGO 3º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º: Revogam-se as disposições em contrário.